

Economia e Políticas Públicas

Revista Eletrônica de Economia

Vol.12, n.2, jul./dez.2024
ISSN: 2318-647X (online)

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspublicas>

**A implantação das contas nacionais no Brasil: Uma réplica
ao artigo “Para uma história das contas nacionais no Brasil”**

**The implementation of national accounts in Brazil: A reply
to the article “Towards a history of national accounts in
Brazil”**

**La implementación de las cuentas nacionales en Brasil: Uma
réplica al artículo “hacia una historia de las cuentas
nacionales en Brasil”**

Roberto Luís Olinto Ramos¹
Claudio Monteiro Considera²

¹Funcionário do IBGE por 39 anos, foi responsável pela implementação do atual sistema de contas trimestrais, trabalhou na implementação do SCN atual e foi coordenador das mudanças de base 2000 e 2010. Foi Coordenador de Contas Nacionais de 2004 até 2014, Diretor de Pesquisas de 2014 a 2017 e Presidente do IBGE de 2017 a 2019. Membro do Advisory Expert Group in National Accounts das Nações Unidas de 2002 a 2019 participando da revisão de 2008 do manual de contas nacionais, é consultor do Fundo Monetário Internacional apoiando países da América Central e África na implantação de suas contas nacionais e estatísticas econômicas. Doutor em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Atualmente Pesquisador Associado ao IBRE/FGV e Professor Doutor das Faculdades Mackenzie – Rio; ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3348-7867>; Email: roberto.olinto.ramos@gmail.com.

²Chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE (1986-1992). Doutor em Economia (UFF), mestre em Economia (UnB), pós-graduado em Análise Econômica (CENDEC/IPEA) e graduado em Economia (UFF). Diretor do IPEA (1992-1998) e Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (1999-2002). Atualmente coordena o Núcleo de Contas Nacionais (NCN) da FGV/IBRE, sendo um dos autores do Monitor do PIB-FGV e do IAE-FGV.; ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3710-1225>; Email: cmconsidera@economia.uff.br.

Resumo: Este artigo comenta sobre afirmações realizadas no artigo “Para uma história das contas nacionais no Brasil” de autoria do Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza e publicado na Revista Economia e Política Pública V.9, n.2 de 2021. E apresenta, completamente, a implementação dos sistemas de contas nacionais do Brasil desde sua primeira edição pela Fundação Getúlio Vargas até a versão atual compilada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Palavras-chave: Sistemas de Contas Nacionais, IBGE, FGV, Brasil.

Abstract: This article presents comments on statements made in the article "Towards a history of national accounts in Brazil" authored by Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza and published in the Revista Economia e Políticas Públicas V.9, n.2 of 2021. And it presents, in full, the implementation of the systems of national accounts in Brazil from its first edition by the Getúlio Vargas Foundation to the current version compiled and disseminated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics.

Keywords: System of National Accounts, IBGE, FGV, Brazil.

Resumen: Este artículo comenta sobre las afirmaciones realizadas en el artículo 'Hacia una historia de las cuentas nacionales en Brasil', de autoría del Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza y publicado en la Revista Economía y Política Pública V.9, n.2 de 2021. Además, presenta completamente la implementación de los sistemas de cuentas nacionales de Brasil desde su primera edición por la Fundación Getulio Vargas hasta la versión actual compilada y difundida por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística.

Palabras clave: Sistemas de Cuentas Nacionales, IBGE, FGV, Brasil.

Introdução

O autor do referido artigo propõe em seu trabalho, (§1, p.155): “uma primeira incursão em uma narrativa da implementação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) do Brasil” traça a história de implementação dos sistemas de contas nacionais no Brasil. História bastante longa para um artigo. O artigo apresenta alguns equívocos de interpretação. Desta forma, visando esclarecer alguns pontos apresentados pelo autor, assim como, contestar algumas afirmações fortes, desprovidas de referências e que afetam as equipes técnicas que trabalharam anos nessa implementação, apresentamos neste texto nossos comentários e fatos sobre esse processo.

O artigo, além desta introdução, é separado em duas seções. A primeira comenta observações do autor em seu texto para as quais não foram apresentadas referências necessárias à sua comprovação como fatos, das quais os autores deste texto discordam. Mesmo que sejam opiniões do autor, uma maior quantidade de documentação deveria ser apresentada. A seguir,

apresentamos o processo de implantação das contas nacionais no país, abordando a evolução histórica recente no desenvolvimento das metodologias de mensuração da renda nacional e de outras variáveis econômicas. Ambos os autores deste texto participaram ativamente desse processo ao longo de um período significativo, e procuram detalhá-lo, além de apontar algumas divergências em relação à visão apresentada no artigo publicado em 2021.

1- Comentários do autor sobre este processo da implementação do Sistema de Contas Nacionais (SCN)

Logo na introdução de seu artigo, o autor comenta, (§2, p. 155): “A Fundação Getúlio Vargas e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística disputaram a primazia do cálculo e divulgação ...”. Ao final de seu texto, o autor volta com essa batalha entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre posicionamentos sobre políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. O IBGE como um instituto do Estado brasileiro responsável pela publicação de dados oficiais não tem como tarefa realizar avaliações sobre políticas ou estratégias., O IBGE sempre seguiu os princípios fundamentais da estatística³ de não realizar avaliações ou projeções que ultrapassem sua posição de produtor e disseminador de estatísticas e geoinformação oficiais. Por sua vez a FGV, através do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) tem a liberdade de se manifestar opiniões e teve historicamente papel importante nos debates sobre o destino das políticas econômicas do país, dentro de sua linha teórica. Portanto, a afirmação de uma luta permanente entre ambas as instituições me parece apenas uma opinião do autor, mais uma vez sem ser orientada por referências que a comprovem ou localizem historicamente.

Ao final de seu artigo, o autor comenta que coexistiram duas metodologias distintas das contas nacionais do Brasil. Infelizmente, isto é um equívoco. A divulgação dos dados das contas nacionais passou por três períodos básicos. O primeiro, de 1950 até 1986, quando as contas foram divulgadas sob responsabilidade da FGV, de acordo com as metodologias propostas pelos vários manuais de compilação dos sistemas de contas nacionais divulgados pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, descritos a seguir. De 1996 até 2000, a estimativa e divulgação do sistema até então vigente passou para a Coordenação de Contas Nacionais do IBGE sob responsabilidade da mesma equipe da FGV que havia sido contratada pelo IBGE em acordo consensual com a FGV, manteve-se nesse período o mesmo sistema divulgado até então.

³ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101744.pdf> e <https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/FP-New-S.pdf>

A transição da equipe da FGV ao IBGE foi negociada entre os presidentes das duas instituições, Julian Chacel e Edmar Bacha, respectivamente.

A partir de 2000 o IBGE substitui o chamado Sistema de Contas Nacionais Consolidado pela estrutura mais ampla baseada no manual de 1993, introduzindo as Tabelas de Recursos e Usos e as Contas Econômicas Integradas. Em Veloso (2007) se apresenta uma detalhada descrição desse processo, do sistema adotado pela FGV e, posteriormente, mantido pelo IBGE.

Em relação ao comentário sobre a coexistência de dois sistemas. Isso nunca ocorreu durante todos esses anos; houve apenas um sistema com aperfeiçoamentos metodológicos, mas não houve a divulgação de dois sistemas distintos por duas instituições. Todo esse processo será detalhado a seguir.

Por outro lado, seria importante o autor ressaltar que é uma sinal de qualidade do sistema estatístico existirem estatísticas produzidas e divulgadas por instituições diferentes, com objetivos comuns e metodologias com diferenças, como a estimação dos índices de preço ao consumidor. Inicialmente, estimados na FGV, depois o IBGE passa calcular e divulgar seus IPCA e INPC, metodologias que coexistem e a definição oficial é que a estatística produzida pelo órgão do Estado é a estatística oficial do país. Acrescente-se: é saudável ao sistema estatístico de qualquer país que estatísticas oficiais tenham equivalentes produzidas por outros produtores, isto traz qualidade ao sistema de estatísticas de um país como um todo.

Obviamente, durante todo o período de divulgação das contas nacionais do Brasil, houve debates sobre decisões metodológicas tomadas para a compilação desse sistema. Porém, é importante separar o profícuo debate sobre alternativas, com visões pessoais, com uma posição antagônica entre duas instituições. Entre diversos textos, com posições pessoais, sobre o sistema de contas nacionais é possível citar Bacha (1971), Suzigan (1973) e Bacha (2023), entre outros.

Para iniciar, deixo um testemunho pessoal sobre a relação FGV e IBGE, durante a implementação do sistema de contas trimestrais, no final dos anos 1990, até então só se estimavam dados em valores constantes. Na época, o IBGE não estimava índices de preço ao produtor, apenas ao consumidor, para suprir essa lacuna o IBGE solicitou que a FGV repassasse trimestralmente os resultados desagregados do Índice de Preço ao Atacado (IPA) sob clausula de sigilo. Isto foi feito sem problemas e, até hoje, o IBGE recebe o IPA. No caso desse conflito citado no texto, bastaria uma negativa para que o projeto não fosse implementado naquele momento.

O autor, em seu artigo, afirma, ainda na introdução (§2, p. 155): “*além de interferências no contexto externo, que causaram divergências de entendimento e diversas revisões das séries.*”, em seguida aprofunda afirmando: “*Longe do que é apresentado até o momento a*

historiografia, esse processo esteve longe apresentar um caráter puramente ‘neutro’, ‘técnico’, sem ingerências políticas”. Mais uma vez, o autor faz uma afirmação bastante forte sobre interferências, sem oferecer explicações ou documentações claras sobre o que seriam essas interferências, nem como e onde ocorreram. Em um trabalho científico, espera-se esse tipo de detalhamento, diferentemente de textos opinativos. Há diretamente um questionamento sobre a honestidade das equipes da FGV e do IBGE na estimação das contas nacionais do país ao se submeterem a pressões políticas, ou seja, manipularem os resultados. E sem nenhuma, me repito, documentação que apoie essa afirmação. E fica a dúvida, os dados foram manipulados, adulterados?

Para quem trabalha na área de produção e divulgação de estatísticas oficiais, seja no Brasil seja em qualquer outro país do mundo, as pressões sobre os resultados são parte do dia a dia. Isso não é novidade. Agora a passagem entre receber pressões e atendê-las é um pouco mais séria, sobre isso, por sua seriedade, é necessário muito cuidado ao se deixar subentendido que foram aceitas. Ou foi um descuido do autor em seu texto?

O autor ainda agrega (§2 p. 159): “*O Brasil, como membro-fundador da ONU, mobilizaria sua administração pública para a adoção do manual desde o início, sob forma de resolução*”, sem referenciar que resolução seria essa, que me parece ponto importante a ser esclarecido e referenciado na descrição do processo. Em seguida (§2, p. 159): “*Os meios e trâmites dessa adoção tiveram caráter próprio e ainda hoje, fornecem uma narrativa um tanto nebulosa, que já merece maior investigação.*”, novamente não há uma explicação do porquê o autor considera essa narrativa nebulosa necessitando de investigação. Quais seriam esses chamados “*meios e trâmites*”?

Por fim, é indiscutível a relevância de se escrever sobre a implantação de sistemas de estatística e suas consequências em um país, apresentando os conflitos, debates e conclusões do período. No entanto, deve ser tomado um cuidado extremo, principalmente em um artigo científico, com a preocupação em documentar fatos, e mesmo opiniões ou hipóteses devem ser embasadas, para que não fiquem simplesmente pairando no ar, permitindo injunções sobre a capacidade, compromisso ou mesmo honestidade das equipes que participaram da implantação de um sistema de contas nacionais mais amplos e respeitados pela comunidade estatística mundial.

2- O desenvolvimento dos sistemas de contas sociais/nacionais

Os arcabouços teóricos que formaram as bases para o desenvolvimento do atual sistema de contas nacionais, passando por Willian Petty, Francois Quesnay, John Maynard Keynes entre muitos outros já foram exaustivamente apresentados em diversas publicações sobre esse período. Vanoli (2002, 2005) apresenta uma descrição seminal da história das contas nacionais. Além dos autores clássicos, três grupos trabalharam paralelamente no desenvolvimento de metodologias para a mensuração de aspectos da economia. Ragnar Frisch destacou-se no desenvolvimento da identidade dos conceitos de renda, afetadas pelo tipo de valoração adotada e pelo maior rigor científico na definição de variáveis como produto nacional bruto a preços de mercado e a custo de fatores. Simon Kuznets trabalhou com números índice de preços e quantidades focando em séries históricas. E por fim, Wassily Leontief se dedicou à desagregação das relações econômicas em sua análise de insumo-produto (Veloso, 2007; Olinto Ramos, 1997). Nunes (1998) fornece uma descrição detalhada dos antecedentes e da importância do livro de Keynes, *Como Financiar a Guerra*, para os trabalhos subsequentes de Richard Stone.

O desenvolvimento de um Sistema de Contas Nacionais (SCN) pode ser visto como tendo o seu início no século XVII com as primeiras tentativas de se mensurar a renda nacional. Entretanto, somente na década de trinta do século passado, os esforços de estabelecer medidas que representassem o sistema econômico foram sistematizados. É neste momento que, sob a influência da análise agregativa keynesiana, é explicitada a importância da quantificação de conceitos como produção, renda nacional ou dispêndio nacional. A necessidade de desenvolver novas ferramentas de planejamento fez com que os governos iniciassem o financiamento de grupos de trabalho nesta área. Nos Estados Unidos, por exemplo, o National Bureau of Economic Research aumentou seus financiamentos em projetos nesta área.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, foram realizados esforços para o desenvolvimento de sistemas integrados em vários países. No entanto, o trabalho decisivo foi realizado por Richard Stone, com o seu sistema de contas, formulado em 1940 e publicado, inicialmente em 1947, como *Definition and Measurement of the National and Related Totals*. Uma nova versão é apresentada em 1949 com o título *Functions and Criteria of a System of National Accounting*. Seus trabalhos foram incorporados nas recomendações do Escritório de Estatística das Nações Unidas que publicou um primeiro relatório em 1947, *Measurement of National Income and the Construction of Social Accounts*, United Nations (1943). Em 1953, um segundo relatório é publicado, *A System of National Accounts and Supporting Tables*, com a coordenação do próprio Richard Stone, procurando harmonizar e difundir os trabalhos de

construção de sistemas deste tipo. A motivação para a realização deste manual, apresentada em seu prefácio, é:

“...o principal estímulo a este desenvolvimento foi a necessidade prática por informações sobre o funcionamento do sistema econômico como um todo e a forma pela qual suas várias partes se relacionam. A necessidade prática surgiu da grande depressão dos anos trinta e os subsequentes problemas de mobilização econômica e finanças de guerra na Segunda Guerra Mundial. No período do pós-guerra a informação era necessária para esclarecer os problemas da reconstrução e do desenvolvimento e, de forma geral, para avaliar a mudança econômica como referência para referenciar as decisões de política econômica conexas com a política pública.”⁴

Neste manual, o esforço de desenvolver um sistema coerente era justificado pelo crescente acúmulo de informações estatísticas desconexas sem nenhuma estrutura teórica que servisse de referência à sua organização. Existiam, segundo seus autores, três grupos trabalhando na sistematização de metodologias para a mensuração de fenômenos econômicos. Um grupo de pesquisadores concentrava-se principalmente nos conceitos e na mensuração da renda e do produto nacional e sua transformação em um sistema de contas nacionais. Outro grupo enfocava o problema geral da interdependência do fluxo entre bens e serviços e convergiu para o desenvolvimento das matrizes de insumo-produto. O terceiro grupo concentrava-se na identificação dos fluxos financeiros na economia e no sistema bancário. O objetivo específico deste manual era: “...construir um sistema de contas padrão que forneça uma estrutura para registrar as estatísticas de renda e produto nacional e que seja de uso geral.”⁵.

O sistema foi desenvolvido a partir de um conceito chave: o valor da produção e a identificação dos seus usos. Foram estabelecidas seis contas padrão: produção doméstica, renda nacional, formação de capital doméstica, famílias e instituições privadas sem fins lucrativos, governo e transações com o exterior; e onze tabelas básicas. As contas apresentavam as variáveis de forma agregada, “para a nação”. Seu detalhamento por setor institucional era feito através das chamadas tabelas básicas, que apresentavam os principais fluxos intersetoriais das contas padrão.

Esta publicação foi pioneira como uma proposta de organização de um sistema de informações econômicas integrado. É um trabalho que procurou juntar referências teóricas e informações estatísticas esparsas criando um sistema teoricamente coerente, exaustivo e, principalmente, quantitativamente equilibrado⁶.

4 United Nations (1964), p. 1.

5 United Nations (1968), p. 1.

6 Todas as identidades contábeis são validadas e integradas.

Ao estabelecer uma estrutura com um núcleo central agregado e tabelas complementares desagregadas, o sistema permitiu a padronização das contas nacionais, deixando a estimativa de categorias mais detalhadas, impossível de ser padronizada para todos os países, para ser realizado em função dos sistemas estatísticos nacionais⁷. Os principais resultados alcançados por esse esforço de sistematização foram:

- criar uma referência metodológica para a mensuração de vários conceitos econômicos, definindo-os detalhadamente;
- explicitar a importância dos procedimentos de obtenção e estimação de dados, e sua relação com os conceitos teóricos;
- explicitar um sistema que por sua consistência interna permite verificar a coerência das informações disponíveis.

Em 1968, novamente com Richard Stone de chairman do grupo de trabalho, uma nova versão do System of National Accounts (SNA) é publicada pela Nações Unidas, SNA-68⁸. Esta versão é resultado do trabalho de ampliação e aperfeiçoamento do SNA-52, o manual de 42 páginas transformou-se em um livro de 237 páginas. Esta revisão, mantém as concepções do SNA-52 e sugere uma organização das contas ampliadas, tomando um formato de tabelas integradas e detalhadas. Introduz também uma série de questões que não haviam sido tratadas, como contas a preços constantes ou um tratamento mais detalhado das operações financeiras. Pela primeira vez é proposta a integração da análise de insumo-produto em um SCN. O SNA-68 refere-se a essa integração como:

“...o novo sistema procurou não se restringir em produzir contas padrão maiores e melhores na linha do antigo SNA, mas se direciona também a abertura de novas áreas para tabulações estatísticas. Em particular, uma grande ênfase foi colocada na subdivisão da conta de produção por indústrias e outros produtores e em determinar o fluxo de produtos entre essas indústrias; há poucos países atualmente que não construíram pelo menos uma matriz de insumo-produto. A tentativa de integrar tais tabelas no sistema de contas nacionais levou a uma nova gama de problemas que não haviam surgido no antigo SNA mas que são tratados detalhadamente aqui.”⁹

A partir da publicação do SNA-68 uma série de manuais específicos foram publicados como, por exemplo, o manual para construção de contas a preços constantes¹⁰ ou o sobre distribuição de renda¹¹.

7 O Sistema de Contas Nacionais Consolidadas é restrito aos quadros básicos.

8 United Nations (1968).

9 op. cit. , p. 1.

10 United Nations (1979), Manual on National Accounts at Constant Prices, Series M, No. 64.

11 United Nations (1977), Provisional Guidelines on Statistics of the Distribution of Income, Consumption and Accumulation of Households, Series M, No. 61

A partir do sistema das Nações Unidas diversos grupos começaram a desenvolver sistemas alternativos e ampliados. A Comunidade Europeia desenvolveu o Systeme Europeen de Comptabilité (SEC), e a França, o Système Elargi de Comptabilité Nationale (SECN). Dois outros fatores trouxeram novos elementos para as discussões sobre o SNA-68: as mudanças nas estruturas das economias dos países desenvolvidos, principalmente o surgimento de altas taxas de inflação que alteram substancialmente as contas a preços constantes ou os coeficientes das Matrizes Insumo-Produto (MIP); e o crescimento do monetarismo, trazendo um interesse maior às estatísticas financeiras (normalmente sob a responsabilidade dos bancos centrais) do que às estatísticas pesquisadas pelos institutos oficiais.

A partir das propostas alternativas, houve uma grande reformulação dos manuais discutidos no âmbito das Nações Unidas. As reuniões de reformulação ocorreram entre 1986 e 1989, e todo o material está disponível na página das Nações Unidas. A revisão de 1993 do manual incorporou essas estruturas alternativas, incluindo como recomendações as Tabelas de Recursos e Usos e as Contas Econômicas Integradas por setor institucional. Além disso, houve o aprimoramento de conceitos e uma discussão mais aprofundada sobre as contas a preços constantes, com a nova recomendação de que essas contas passem a ser calculadas sempre a preços do ano anterior, em vez de um ano base fixo.

O manual atualmente adotado (revisão versão de 2008 - SNA-08) é um aperfeiçoamento da versão anterior (revisão 1993, SNA 93), nesta versão não houve alteração nas estruturas das tabelas recomendadas, apenas houve a preocupação com a atualização das recomendações considerando as mudanças na economia. A atualização foi confiada em 2003 ao Grupo de Trabalho Inter secretariado sobre Contas Nacionais (ISWGNA)¹² para abordar questões provocadas pelas mudanças no ambiente econômico, pelos avanços na investigação metodológica e pelas necessidades dos utilizadores. As questões tratadas durante as reuniões preparatórias cobriram como mensurar as mudanças trazidas pela globalização, novos arranjos produtivos globais, a digitalização com produtos e serviços gratuitos, o crescente número de entidades de propósitos especiais, o tratamento das “maquiadoras”, a economia informal, os criptoativos, etc. A lista detalhada dos tópicos discutidos está, também, disponível na página das Nações Unidas¹³

Uma das mudanças mais importantes nas recomendações de 2008 foi a redefinição do conceito de ativos fixos, ampliando sua abrangência e atualizando a nomenclatura adotada.

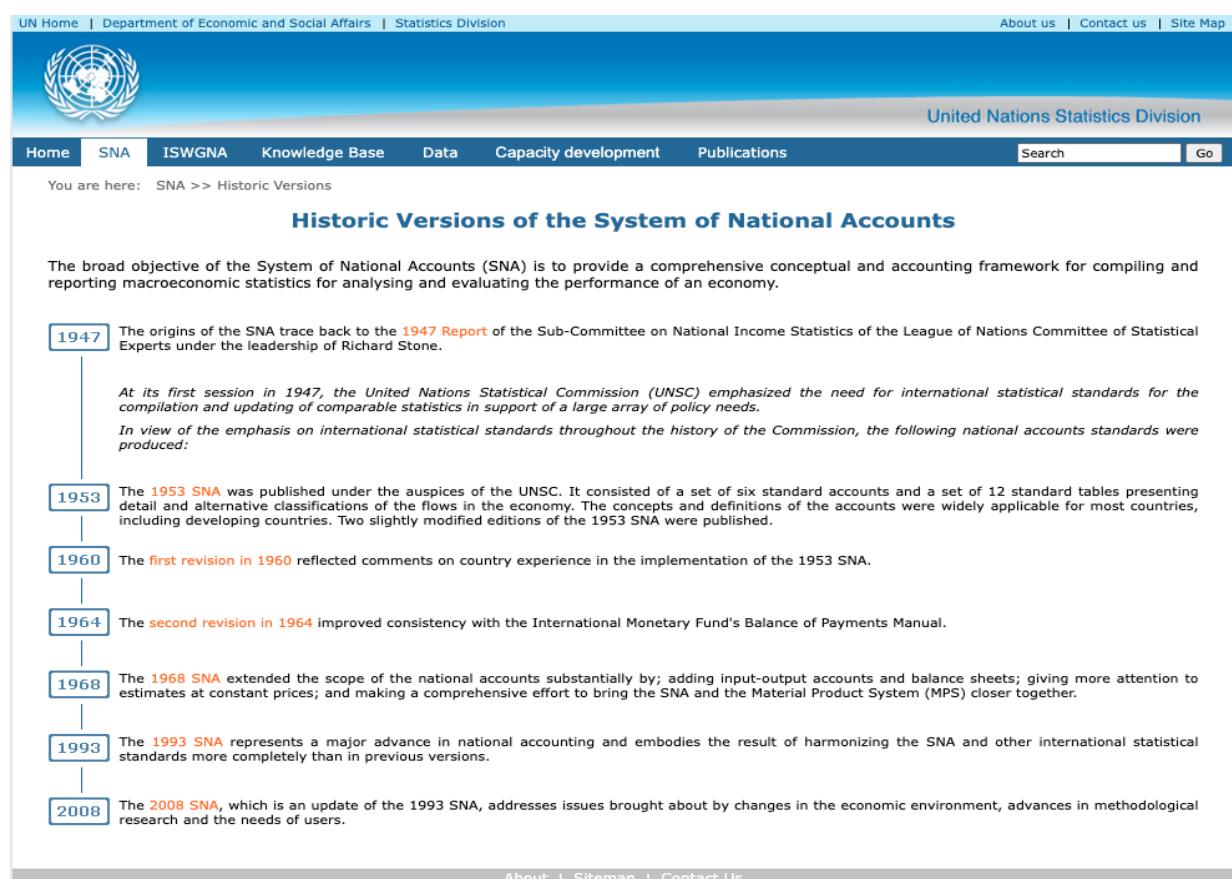
¹² <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/iswgna.asp>

¹³ <https://unstats.un.org/unsd/statcom/51st-session/documents/BG-Item3d-NationalAccounts-E.pdf>

No momento, se discute uma nova atualização das recomendações, visando a divulgação de um novo manual com referência a 2025, os focos nessas discussões estão em incorporação de indicadores de bem-estar na estrutura dos SCN, o trabalho doméstico não remunerado, a mensuração e incorporação do capital humano e as contas ambientais.

Em <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp> é possível encontrar toda a sequência dos manuais sobre mensuração da renda, em seguida contas sociais, posteriormente chamadas contas nacionais. Do texto inicial de 1947, baseado no relatório liderado por Richard Stone, colocado como apêndice na publicação das Nações Unidas, *Definition and Measurement of the National Income and Related totals*, é publicado o primeiro manual em 1953, United Nations (1953), em 1960 se publica sua primeira revisão (Rev.1), seguida das revisões de 1964, Rev.2, de 1968, Rev.3, United Nations (1964) e United Nations (1968). O manual de 1993, United Nations (1993) é publicado sobre outro padrão, fugindo da sequência das revisões assim como o manual de 2008.

A figura abaixo, apresenta a evolução até 2008 das diversas etapas da elaboração de recomendações cada vez mais abrangentes sobre como os sistemas de contas nacionais devem ser elaborados de forma que haja uma homogeneidade internacional na medida das diversas economias.



Fonte: United Nations, disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/hsna.asp>.

Concluindo, a realização de revisões periódicas dos SCN é o procedimento usual para manter a mensuração da economia alinhada à sua dinâmica. No entanto, os desafios vão além das revisões em si, concentrando-se também na criação de séries históricas longas que sejam minimamente coerentes.

2.1 - Sobre a implantação das contas nacionais no Brasil

As contas nacionais do Brasil tiveram início na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Veloso (2007) descreve as condições de 1947 que levaram à implantação da medição da renda nacional e das contas nacionais na FGV:

“A primeira indagação que se faz é porque os cálculos das Contas Nacionais foram iniciados na Fundação Getúlio Vargas, e não, como na maioria dos países, em uma instituição pública encarregada de estatística, ou da política econômico-financeira. A resposta é simples: as instituições brasileiras na época, 1947, não dispunham das condições técnicas para tal missão. O Banco Central ainda não havia sido criado¹⁴, e o IBGE só se capacitou durante a administração do professor Isaac Kerstenetzky, ocorrida no período de 1970 a 1979.”

O IBGE na época era um órgão de estatística, que tinha uma longa existência como Direção Nacional de Estatísticas, mas que apenas o Decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934 criou o Instituto Nacional de Estatística e fixou as disposições orgânicas para a execução e desenvolvimento dos serviços estatísticos, atribuindo ao novo Instituto a missão de estabelecer, de modo permanente e sistemático, a coordenação de todos os serviços estatísticos. O Decreto n. 1.022, de 11 de agosto de 1936 aprovou e ratificou a Convenção Nacional de Estatística e com essa aprovação surge e se efetiva o funcionamento do sistema estabelecido para a plena coordenação dos serviços de estatística do País, de que é o referido Instituto, o órgão nacional. Por fim, o Decreto n. 1527, de 24 de março de 1937, criou o Conselho Brasileiro de Geografia, tendo explícita sua vontade de se agregar ao Instituto Nacional de Estatística (INE). Pelo Decreto-lei n. 218, de 26 de janeiro de 1938, o Conselho Brasileiro de Geografia se tornava o Conselho Nacional de Geografia, se associava ao INE, que então mudava de nome para IBGE.

O IBGE, em 1947, estava em plena reestruturação e, ainda tinha como foco principal a realização de censos demográfico, agropecuário e econômico. Naquela época, as técnicas atuais de amostragem não eram aplicáveis e não tinha quadros capacitados para compilar um sistema de contas nacionais que não era, e não é, uma estatística, mas sim a organização, dentro do

¹⁴ Em vários países as contas nacionais são compiladas e divulgadas pelo Banco Central.

quadro contábil de um sistema de contas nacionais, de informações diversas, estatísticas, registros administrativos entre outras. Naquele momento, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) contava com uma equipe mais qualificada para essa tarefa, iniciada com a publicação da tese de livre-docência do Prof. Antônio Dias Leite, que propunha uma metodologia para a mensuração da renda nacional. O processo é detalhado na obra *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*, que inclui um relato do próprio Prof. Antônio Dias Leite, entre outros¹⁵.

Sobre o primeiro sistema implementado, há o testemunho de Maria Alice Veloso, coordenadora do sistema de contas na FGV e, posteriormente no IBGE até sua substituição pelo sistema atual, em texto não divulgado publicamente¹⁶:

“O Sistema de Contas Nacionais do Brasil vem adotando a metodologia recomendada pelas Nações Unidas como referência conceitual básica desde a sua implantação na década de 1950. Esta metodologia, A System of National Accounts - SNA - cuja primeira versão aparece em julho de 1953, foi objeto de uma profunda revisão publicada em 1968, e mais recentemente, em 1993, foi divulgada a revisão IV, ora em vigor.

A revisão publicada em 1968 representou uma grande ampliação em relação ao sistema até então recomendado e que era formado basicamente por um conjunto de seis contas consolidadas e correspondentes quadros estatísticos (4). Esta ampliação e desconsolidação do sistema anterior desenvolveu-se no sentido de abranger de forma integrada e articulada em um novo sistema, os quadros de insumo-produto, os fluxos de geração, apropriação e uso da renda, os fluxos financeiros, e os balanços nacionais (patrimônio). Este desenvolvimento resultou, portanto, em um amplo Sistema de Contas Nacionais, cuja implantação e cálculo periódico requereriam apreciável nível de desenvolvimento das estatísticas primárias do país.

A metodologia recomendada pelas Nações Unidas (versão 1968) sugere basicamente três grupos de contas (contas I, II e III) e 26 quadros padronizados. O primeiro grupo de contas corresponde às Contas Consolidadas para a Nação: Produto Interno Bruto, Renda Nacional Disponível, Formação de Capital e Transações com o Exterior. O segundo grupo corresponde a dois subgrupos de contas: as contas de produção de bens e serviços, por setor de atividade, e as contas de oferta e utilização de bens e serviços, por grupo de bens e serviços. E o terceiro grupo compreende as contas de apropriação e uso da renda, contas de formação de capital e contas financeiras.

As Contas Nacionais Consolidadas do Brasil, cuja metodologia é objeto deste trabalho, correspondem com algumas variações, às contas do primeiro grupo, ou seja, às Contas Consolidadas para a Nação e sua metodologia original foi desenvolvida no Centro de Contas Nacionais da Fundação Getúlio Vargas.

O Sistema de Contas Nacionais Consolidadas (SCNC) aqui descrito, após sua incorporação pelo IBGE, foi revisto no sentido de adaptar alguns conceitos e definições às novas recomendações

¹⁵ Disponível em: <http://biblioteca.jfpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/10/fundacao-getulio-vargas-concretizacao-de-um-ideal.pdf>

¹⁶ BRASIL - SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS CONSOLIDADAS, Maria Alice de Gusmão Veloso, 2005 (mimeo).

internacionais, tendo sido mantida sua divulgação até que o sistema baseado nas novas recomendações de 1993 fosse oficialmente divulgado em dezembro de 1997. Além disso, foi possível também rever as estimativas das séries anteriores a 1970, como os resultados já foram publicados em diversas publicações da Fundação Getúlio Vargas e nas duas edições da Séries Históricas pelo IBGE, mas cuja metodologia completa só agora está sendo divulgada.”

Na década de 1970, o Prof. Isaac Kerstenetzky presidente do IBGE de 1970 a 1979, originário da FGV, iniciou um programa de aperfeiçoamento do IBGE com a introdução de várias pesquisas estatísticas. Esse programa incluía o desenvolvimento do índice de preços ao consumidor, de uma inédita pesquisa sobre o consumo e renda das famílias, o Estudo Nacional da despesa familiar – ENDEF (1974-1975) posteriormente seguida pelas Pesquisas de Orçamentos Familiares - POF, realizadas periodicamente até hoje, uma pesquisa anual sobre renda e emprego, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, iniciada em 1967 e substituída pela PNAD Contínua em 2016. O arcabouço que orientaria a implantação das novas estatísticas era o desenvolvimento de uma Matriz de Contabilidade Social (MCS), projeto muito discutido na época. A MCS seria a estrutura teórica que organizaria as pesquisas necessárias para o desenvolvimento de um sistema de estatísticas sociais e econômicas integrado e exaustivo, dentro do projeto de aperfeiçoamento e ampliação da atuação do IBGE, onde se considerava a implementação de um sistema de contas nacionais ampliado e integrado na MCS, avançando na amplitude e desagregação em relação ao sistema recomendado no manual de 1953 e no de 1968. O primeiro passo nessa direção foi a elaboração de Matrizes de Insumo Produto que introduziriam uma visão ampliada da economia com a divulgação de atividades econômicas desagregadas (na época chamadas de setores), iniciando o rompimento com os quadros agregados da recomendação de 1968. A primeira MIP foi divulgada em 1979.

Não havia conflitos com a FGV, apenas o IBGE se movia para se tornar um produtor de estatísticas econômicas e sociais, com um *framework* bem definido, assumindo seu papel de produtor das estatísticas oficiais do país. Em 1974, através do Decreto no. 74.084 foi aprovado o Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (PGIEG), segundo o Professor Kerstenetzky,¹⁷:

“o documento comprehende o conjunto de informações estatísticas, geográficas, geodésicas, demográficas, socioeconômicas, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, necessárias ao conhecimento da realidade física, econômica e social do Brasil, em seus aspectos considerados essenciais ao planejamento econômico-social e à segurança nacional. Desse modo, o Plano discrimina amplo espectro de informações, que já estão sendo produzidas ou que ainda virão a ser

¹⁷Revista Brasileira de Geografia 36(2):103-107, abril/junho, 1974. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1066/767>

produzidas pelo IBGE em função das áreas de competência definidas pela Lei 5.878, de 11 de maio de 1973.

Após a implementação do programa das MIP, o IBGE assinou um programa de cooperação técnica com o Institut National de la Statistique et des Études Economiques (INSEE), seu equivalente francês, para apoiar a reforma que estava em curso. Especificamente na área de contas nacionais foi decidido que o IBGE trabalharia na implementação do sistema francês, Système Élargi de Comptabilité Nationale¹⁸, muito mais amplo e detalhado que o proposto manual de 1968. Nessa proposta se considerava a estimação de Tabelas de Recursos e Usos (TRU) e as Contas Econômicas Integradas (CEI) por setor institucional. O Departamento de Contas Nacionais do IBGE iniciou esses trabalhos com forte apoio de consultores franceses no início da década de 1980.

No mesmo período a FGV acertou com o IBGE a transferência do pessoal do seu Centro de Contas Nacionais para o IBGE, devolvendo a tarefa que era responsabilidade institucional do IBGE. Esse movimento veio ao encontro do projeto do IBGE de iniciar a produção de estatísticas econômicas e sociais, como já encaminhado pela aprovação do PGIEG.

A partir dessa integração o IBGE permaneceu divulgando o chamado Sistemas de Contas Nacionais Consolidado até o momento da divulgação do novo sistema com o padrão do SNA-93. Em documento publicado em 1990 pelo IBGE¹⁹

“Com a publicação deste texto metodológico e a revisão da série de Contas Nacionais para o período 1970/87, em anexo, o IBGE considera encerrada a primeira fase dos trabalhos de integração do Sistema de Contas Nacionais Consolidadas ao Novo Sistema de Contas Nacionais. Em dezembro de 1986, o IBGE assumiu os trabalhos de cálculo das Contas Nacionais brasileiras, até então sob responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas. Sua metodologia implantada no início dos anos 50 baseava-se nas Contas Consolidadas para a Nação, segundo recomendações das Nações Unidas de 1953. O IBGE, por sua vez, aproveitando-se de sua experiência na área de Matrizes de Insumo-Produto vinha, desde 1985, desenvolvendo um projeto para implantação de um Novo Sistema de Contas Nacionais mais amplo e moderno, seguindo recomendações da ONU de 1968. Para isso, assinou um convênio de cooperação técnica com o Institut National de la Statistique et des Études Economiques (INSEE) da França, que permitiu, além do treinamento da equipe, a introdução de inovações que serão objeto do novo manual de Contas Nacionais das Nações Unidas, previsto para 1990.

A partir da incorporação dos técnicos do Centro de Contas Nacionais da FGV aos quadros do IBGE, iniciou-se um processo de integração que se pautou nessa primeira fase por evoluir dos conceitos e definições do sistema anterior para os do novo sistema.

¹⁹ IBGE, Sistema Contas Nacionais Consolidadas, Série Relatórios Metodológicos, Volume 8, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv21416.pdf>

Na segunda fase, o objetivo é ampliar o Sistema Consolidado incluindo as transações referentes ao financiamento nas Contas de Capital e Transações com o Resto do Mundo, separar as informações do setor produtivo em privado e estatal, além de vários outros ajustes buscando a integração dos sistemas, fase essa que se prolongará até 1991, quando o Novo Sistema de Contas Nacionais entrará em operação.”

Nesses documentos se observa que houve uma transição entre a metodologia vigente, baseado no SNA-68, já publicado sob a responsabilidade do IBGE, para a nova versão baseada nas recomendações do SNA-93. Não houve, como comentado no artigo (p. 162), um conflito de metodologias. As equipes responsáveis pelas contas nacionais evoluíram as metodologias de forma integrada com as recomendações internacionais.

O SCN do Brasil vem sendo ampliado e revisado periodicamente, de acordo com os padrões internacionais. Em 2000 foi realizada a primeira grande revisão da série com a introdução de novas pesquisas, como as pesquisas anuais por amostragem para a indústria, comércio e serviços, e em 2010 a segunda mudança de base com novas pesquisas e, principalmente, a incorporação das recomendações do novo manual que substituiu o de 1993, o SNA-08. No momento há uma nova revisão em andamento, com a divulgação do manual 2025 prevista para 2026, já comunicada oficialmente pelo IBGE, com nova base em 2021.

O IBGE publicou em sua página na Internet todas as alterações metodológicas realizadas: (<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html?=&t=notas-tecnicas>).

Como conclusão deste artigo, só nos resta dizer que ao fim de todos esses anos, o Brasil tem um sistema de contas nacionais respeitado, divulgando as contas regionais e o PIB dos municípios, contas trimestrais, conta satélite de saúde, contas econômicas ambientais (água, energia e Terra) e matrizes de insumo-produto.

Referências

Bacha, Edmar. **Algumas dificuldades de interpretação dos dados sobre a indústria de transformação nas Contas Nacionais**, Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE, Rio de Janeiro, vol.1, No.2, dez. 1971. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/206>

Bacha, Edmar; Tombolo, Guilherme; Versiani, Flavio. **Reestimating Brazil's GDP growth from 1900 to 1980**, Revista Brasileira de Economia, Vol.77, setembro, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/pn7JsVqcdxG9kJxKfSxHZwB/?lang=en>

Considera, Claudio; Olinto Ramos, Roberto; Filgueiras Heloisa. **Macroeconomia I: As Contas Nacionais**, coleção Didáticos, Niterói, Editora da UFF, 2009.

Feijó, Carmen; Olinto Ramos, Roberto. **Contabilidade Social: referência atualizada das contas nacionais do Brasil**, Rio de Janeiro, Elsevier, 2017.

Hallak Neto, João; Maia Forte, Christina. **O Sistema de Contas Nacionais - evolução, principais conceitos e implantação no Brasil**. Revista Econômica, V.18 n. 1, 2016 Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34998/20252>

Harrison, Anne. **The SNA; 1983 to 1993 and Beyond**, apresentado na 22a Conferência Geral da International Association for Research in Income and Wealth, Flims, Switzerland, 1992.

IBGE, **Sistemas de Contas Nacionais: Brasil 2021**, Notas Técnicas, Contas Nacionais No. 94, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102039_notas_tecnicas.pdf

IBGE, **Sistema de Contas Nacionais Brasil – Ano de Referência 2010**, Série Relatórios Metodológicos, Vol. 24, 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98142.pdf>

Nunes, Eduardo Pereira. **Sistemas de Contas Nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil**. Campinas, Unicamp, mai. 1998. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/130317>

Reich, Utz-Peter. **National Accounts and Economic Value. A study in Concepts**, London and New York, Palgrave, 2001.

Rossetti, José Pascoal. **Contabilidade Social**. Editora Atlas, São Paulo, 1992.

Olinto Ramos, Roberto; Pastor, Gonzalo; Rivas, Lisbeth. **Latin America: Highlights from the Implementation of System of National Accounts 1993 (1993 SNA)**, IMF Working Paper WP/08/239, Statistics Department, IMF, Washington, 2008. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/Latin-America-Highlights-from-the-Implementation-of-the-System-of-National-Accounts-1993-22379>

Olinto Ramos, Roberto Luís. **Uma Comparação dos modelos para o cálculo dos coeficientes técnicos diretos de Leontief**. Tese de doutoramento apresentada à COPPE/UFRJ, 1997.

Séruzier, Michel. **Medir la economía de los países según el Sistema de Cuentas Nacionales**, Bogotá, Colombia, Alfaomega Colombiana S. A., 2003.

Séruzier, Michel. **Construire les Comptes de la Nation: Guide déliboration conforme au SCN**. Ministère de la Coopération, France, 1988.

Séruzier, M. e Chapron J-E. **Initiation Pratique à la Comptabilité Nationale selon le Nouveau Système**, Masson, Paris, 1984.

Silungwe, Anthony. **Evolution of National Accounts Statistics Compilation Practices Over the Period 2018 to 2021 in 189 Economies**. IMF Working Paper WP/23/148, Statistics Department, IMF, Washington, 2023.

Souza, Luiz Eduardo Simões. **Para uma história das contas nacionais no Brasil: origens**. Revista Economia e Políticas Públicas v.9 n.2, 2021. Os comentários neste texto basearam-se na versão disponibilizada em: <https://drive.google.com/file/d/1LNo7LeS9NzYO1eo-D7VNuB3dABqlhtq/view>

Suzigan, Wilson. **Contas Nacionais do Brasil, conceitos e metodologia – um comentário**. Pesquisa e Planejamento econômico – PPE, Volume 3, No.2, junho, 1973.

United Nations. **Measurement of the National Income and the Construction of Social Accounts**. Report on the Sub-Committee on national income statistics of the League of Nations Committee of Statistical Experts, Studies and Reports on Statistical Methods No. 7, Geneva, 1947. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1947NAreport.pdf>

United Nations. **Manual on National Accounts at Constant Prices**, Series M, No. 64, New York, 1979.

United Nations. **Provisional Guidelines on Statistics of the Distribution of Income, Consumption and Accumulation of Households**. Series M, No. 61, New York, 1977.

United Nations. **A System of National Accounts and Supporting Tables. Studies in Methods**, Series F, No. 2, New York. Report prepared by a group of national income experts appointed by the Secretary-General, 1953. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1953SNA.pdf>

United Nations. **System of National Accounts and Supporting Tables, Studies in Methods**, Series F. No. 2, Rev. 1, New York, 1960. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1960SNA.pdf>

United Nations. **System of National Accounts and Supporting Tables. Studies in Methods**, Series F, No. 2, Rev. 2, New York, 1964. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1964SNA.pdf>

United Nations. **Problems of Input Output Tables and Analysis, Studies in Methods**. Series F, No. 14, New York 1966. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1968SNA.pdf>

United Nations. **System of National Accounts. Studies in Methods**, Series F, No. 2, Rev. 3, New York, 1968. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/1968SNA.pdf>

United Nations. **Input-Output Tables and Analysis. Studies in Methods**, Serie F, No 14, Rev. 1, New York, 1973.

United Nations, CEC, IMF, OECD & World Bank. **System of National Accounts 1993**, New York, 1993. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/sna1993.asp>

United Nations, CEC, IMF, OECD & World Bank, New York, 2009. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/nationalaccount/docs/SNA2008.pdf>

Van de Ven, Peter; Fano, Daniele editors. **Understanding Financial Accounts**, OECD, Paris, OECD Publishing, 2017

Vanoli, Andre, **Sur La Structure Generale du SCN a partir de L'experience du Systeme Elargi de Comptabilité Nationale Francais**. Apresentado na 19a Conferência Geral da International Association for Research in Income and Wealth, Noordwykerhout, Holanda, 1985.

Vanoli, André. **Une Histoire de la Comptabilité Nationale**. Editions La Decouverte, Paris, France, 2002.

Vanoli, André. **A History of National Accounting**. IO Press, Amsterdam, Netherlands, 2005.